

A ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES DA COMUNIDADE RURAL RANCHO ALEGRE: ENTRE O PRECONCEITO E AS ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA NO ESPAÇO AGRÁRIO DO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE-MT¹

Leonice da Silveira Cruz²

Marcelo Cervo Chelotti³
mchelotti@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

O artigo visa analisar a prática do trabalho feminino no âmbito da agricultura familiar, considerando as dificuldades que determina o papel das múltiplas funções exercidas pela mulher rural, focando as estratégias criadas para sobrevivência na produção familiar.

Neste sentido, procurou-se relatar os fatos históricos e culturais que foram estabelecidos à mulher rural, como submissão, discriminação e sub-valorização do trabalho. A pesquisa visou estabelecer entendimento que mesmo exercendo múltiplas funções, a mão-de-obra feminina, além de não ser remunerada, não tem o devido reconhecimento no ambiente familiar e comunitário. A formação cultural que condiciona a mulher ao trabalho doméstico é repassada de geração em geração perpetuando uma situação de desigualdade entre mulheres e homens. Os fatos aqui relatados têm o intuito de evidenciar a parcela de contribuição do trabalho das mulheres no âmbito da produção do espaço agrário do município de Mirassol D'Oeste/MT.

Partindo das observações e indagações que o tema proposto sugere, o desenvolvimento deste trabalho se fez a partir de diversas entrevistas com representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, da Associação das Mulheres de Rancho Alegre, bem como de diversas moradoras da comunidade. Nesse sentido, importantes informações foram adquiridas junto a Empresa Matogrossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural/EMPAER, Banco do Brasil, Prefeitura de Mirassol D'oeste e outros órgãos afins.

Ao reunir todos os dados foi possível realizar um histórico da comunidade e da Associação, bem como conhecer minúcias dos problemas enfrentados pelas mulheres trabalhadoras rurais da comunidade em questão.

2. O PAPEL DA MULHER RURAL

O objetivo deste tópico é focalizar na história do Brasil a contribuição feminina na construção e formação socioeconômica do país, haja vista que a discussão perpassa o espaço agrário, onde o trabalho feminino se divide entre o lar, a prática agrícola, a reprodução e a educação dos filhos. Na sua atuação como sujeito histórico com sua capacidade de luta e de participação na transformação

¹ O presente artigo é parte integrante da monografia de graduação apresentada ao Departamento de Geografia da Universidade do Estado de Mato Grosso/Unemat, no ano de 2004, para a obtenção do título de Licenciada em Geografia.

² Graduada em Geografia pela Universidade do Estado de Mato Grosso/Unemat

³ Orientador. Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia/MG

das condições sociais de vida. Vale ressaltar que não é no intuito de relatar a saga de heroína, trata-se de enfocar a mulher através das tensões e das contradições que se estabeleceram em diferentes épocas.

Buscando num passado próximo onde a mão-de-obra feminina passa a servir o capital, onde a agricultura brasileira se baseia na exigência do mercado externo, neste momento, o crescimento da economia cafeeira no estado de São Paulo, onde a mão-de-obra escrava é substituída pela mão-de-obra do imigrante europeu, sistema de trabalho conhecido como colonato (contrato anual acertado com o fazendeiro que determinava cuidar de uma quantidade de pés de café em troca de um valor monetário). Surge então a figura da mulher colona, que Silva *in Priori*, (2000, p. 557) bem lembra:

As mulheres exerciam um papel muito importante no sistema de colonato. Seu sucesso dependia da capacidade das mulheres de aproveitarem ao máximo das vantagens desse regime de trabalho, que lhes permitia conjugar o trabalho da casa com o da roça e do cafezal. Mas apesar de desempenharem tarefas, dentro de casa, na roça de subsistência e no cafezal, as mulheres não existiam enquanto trabalhadoras individualizadas, porque seus trabalhos eram englobados no trabalho familiar controlado diretamente pelo pai-marido.

Essa situação é reforçada pelo mesmo autor no trecho em que diz:

O chefe de família apresentava-se diante da esposa e dos filhos como a personificação da exigência dos proprietários, como verdadeiro 'patrão', o supervisor e o capataz. O poder masculino centrava-se na figura do pai-marido-patrão. (Muitos depoimentos de ex-colonos mostram que a autoridade do homem poderia ser expressa até no olhar: 'meu pai não precisava falar com a gente, bastava olhar e a gente sabia o que ele queria ou não'.) Essa autoridade não dizia respeito apenas ao trabalho. Ela perpassa todo o tecido social, de tal maneira que as mulheres e filhos estavam sujeitos ao conjunto de normas e valores sociais que reforçavam o domínio e o poder dos homens. (Silva *in Priori*, 2000, p. 558).

A submissão feminina agregada à carga de responsabilidades imposta, pesa ainda na fabricação caseira de vários produtos consumidos pela família que estava a cargo das mulheres com a ajuda das crianças, como: o processo de produção de farinha de mandioca e polvilho, fabricação de sabão, costura de roupas para toda a família, preparo de carnes, gordura, doces, conservas, farinha de milho, confecção de colchões de palha, de cobertores, produção de rapadura, beneficiamento de arroz e café nos pilões entre outras. A participação do homem restringia-se na produção de cestas, balaies, móveis, bancos, cadeiras, mesas, armários, etc.

Com o processo de modernização da agricultura a partir de 1960, essa situação mudou radicalmente; caracterizado pela concentração fundiária, implantação de novos produtos agrícolas, como por exemplo: algodão, cana-de-açúcar e laranja, houve a expulsão desses trabalhadores residentes dando início ao êxodo rural. É nesse momento que surge o trabalhador temporário, conhecido por "bóia-fria". Assim ressalta Priori (2000, p. 562):

Com o aparecimento do trabalhador individualizado provocou mudanças no interior da família. O homem, ao perder as funções anteriores relativas a

gestão do trabalho, deixa de ser o pai-marido-patrão. Torna-se, paulatinamente, o 'provedor defeituoso' da família, na medida em que a mulher e os filhos são obrigados também a se assalariar para garantir as condições mínimas de sobrevivência.

Com o trabalhador residente morando na cidade, aumenta seus gastos, pois passa a pagar aluguel, luz, gás, impostos, transporte, etc. e perdendo conseqüentemente sua lavoura de subsistência. Assim foram aparecendo as conseqüências da miserabilidade. Ex: desnutrição, doenças, baixos salários. Aí, a desvantagem do sexo feminino está presente, como argumenta Priori (2000, p. 563).

Com a nova realidade do trabalho, torna-se mais visível a discriminação contra as mulheres: salários menores, maior freqüência do não registro em carteiras, além de assédios sexuais por parte dos feitores, empreiteiros e outros agentes do controle do trabalho.

Ao confrontar-se com tal realidade, a mulher se depara com a discriminação e sub-valorização de seu trabalho. No entanto, para um melhor entendimento faz-se necessário abrir uma discussão sobre gênero.

2.2 A questão de gênero no meio rural

A história da passagem da condição de trabalhadora livre (camponesa, colona) à bóia-fria mostra os laços invisíveis da trama das relações de classe, gênero e raça/etnia que prendem as mulheres que trabalham no campo. Assim, a organização do trabalho baseada na unidade familiar representava para os fazendeiros inúmeras vantagens, dentre elas a de que a divisão sexual do trabalho era uma forma disciplinadora e estabilizadora da força de trabalho.

De acordo com Nobre (1998, p. 28):

O conceito de gênero tem por objetivo explicar as relações entre mulheres e homens, dentro do processo social, e surgiu após muitos anos de luta feminista e de formulações de varias tentativas de explicação teórica sobre a opressão das mulheres. Isto é o ser mulher e o ser homem entendidos como uma construção social, e é a partir desse referencial que se estabelece o que é feminino ou masculino e os papéis sociais destinados a cada um. Por isso, gênero, uma palavra emprestada da gramática, foi escolhida para diferenciar sexo biológico de construção social do ser masculino e do ser feminino.

Através da discussão de gênero é possível fazer distinção entre a dimensão biológica (sexo) e a dimensão sócio-cultural (gênero) das relações entre homens e mulheres. Através dos processos de socialização, homens e mulheres desenvolvem os padrões de comportamento considerado de um determinado contexto social masculino e feminino.

O trabalho produtivo realizado pelas mulheres dentro da agricultura familiar é subestimado pelas estatísticas oficiais, pois tem origem na premissa de que a mulher ocupa o espaço doméstico, ou seja, condição de membro não remunerado da família. É aí que se expressa a desigualdade de

gênero. Essa condição ocorre também de forma mais acentuada na zona rural como confirma Pacheco (2002, p.156) ao comentar que:

Aplicadas ao campo, as análises de gênero tem mostrado a subordinação e a sub-valorização do trabalho das mulheres. Tem revelado também que as relações entre homens e mulheres no âmbito familiar e a forma como a família é constituída e produzida são tão importantes quanto às relações de classe, quando se trata de explicar as diferenças do campesinato, assim como sua reprodução social.

Considerando essa análise, o gênero surge como uma proposta política contra a opressão produzida na sociedade patriarcal que constrói relações sociais desiguais e hierárquicas entre homens e mulheres.

Percebe-se que a discussão acerca de gênero entre as mulheres, especificamente a trabalhadora rural, ainda é antidemocrática e machista porque a condição de submissão, a integridade está arraigada nas suas vidas, pois foram educadas para servir os homens. Assim é difícil romper com essa postura que lhes foi ensinada.

É preciso ultrapassar os discursos no âmbito das mulheres para se ter uma discussão mais ampla, discutindo gênero no contexto familiar, do trabalho, da escola, das associações, para obter avanço. A maioria das mulheres ainda aceita a condição de submissão, não tendo postura crítica em determinadas ações e situações dentro da produção familiar.

As relações de gênero são relações de poder estabelecidas entre homens e mulheres numa sociedade construída sob a cultura das desigualdades, acentuadas pelo metabolismo do capital. Assim, dificilmente haverá uma mentalidade combativa que leve a construção de uma sociedade igualitária, livre, democrática, emancipada e fraterna. No comentário de Rech (2001, p.11) o autor tece a seguinte crítica:

Assim como a natureza se apresenta como um sistema integrado onde cada partícula depende da outra para garantir sua própria existência, os homens e as mulheres também dependem uns dos outros para sobreviver. No entanto, estes, por terem uma inteligência desenvolvida, vão além, transformando a própria natureza, têm a capacidade de decidir em que sociedade desejam viver, são todos produtores de cultura.

A partir de uma consciência explícita sobre gênero é possível discutir as desigualdades sobre sexo, no sentido de redefinir valores que possam mudar esta realidade preconceituosa e conservadora. É preciso superar essa visão reducionista de que trabalhar gênero é trabalhar apenas com mulheres.

3. A ORGANIZAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES DA COMUNIDADE DE RANCHO ALEGRE - MIRASSOL D'OESTE/MT

Em seu instinto natural de procriar, a mulher busca na terra a mãe de todas as mães e a trata com o devido valor, pois, é a terra a geradora de alimentos para o sustento dos filhos. Assim, existe um elo

de ligação extremamente forte entre a mulher e a terra, vindo do instinto maternal que possui para a proteção e perpetuação da prole.

Diante da situação de crise e conseqüentemente do aumento das dificuldades, as mulheres trabalhadoras rurais da Comunidade Rancho Alegre reagiram na medida do possível na busca da sobrevivência, para não se desfazer de seu maior bem e principal meio de trabalho – a terra.

No ano de 1983, quando foi fundada a Associação de Produtores Rurais de Rancho Alegre, formou-se um grupo de mulheres como “parte” dessa associação. Nos primeiros anos da década de 80 em quase todas as comunidades rurais na região houve a criação de associações de pequenos produtores que era incentivado por um programa de desenvolvimento regional, financiado pelo Banco Mundial, o chamado POLONOROESTE.

Não obstante, tanto essas associações quanto os grupos de mulheres produziram poucos efeitos positivos para as comunidades. Dentre as causas principais estavam a falta de espírito associativista entre os produtores, e o contínuo êxodo rural. Por outro lado, as condições de mercado para a comercialização dos produtos não deixavam maiores chances para os pequenos produtores. Em conseqüência disso tem-se hoje desativadas a maioria das associações rurais da região, com raras exceções de êxito.

Neste contexto, as comunidades do município de Mirassol D’oeste representam um caso excepcional com média de 10 grupos ativos de mulheres. Isso só foi possível tanto pelo interesse das mulheres das comunidades como pelo incentivo contínuo das agentes extensionistas sociais da EMPAER que vem desempenhando um papel crucial na formação e desenvolvimento das associações. Este órgão atua levando cursos voltados ao pequeno produtor como: Agroindústria e Educação alimentar, Artesanatos e Trabalhos Manuais, Educação em Saúde e Saneamento Básico, que promovem incremento e aperfeiçoamento do conhecimento empírico das mulheres rurais. Os cursos também contribuem no desenvolvimento da prática de cidadania e a melhoria da auto-estima.

Para uma análise mais detalhada serão apresentadas as atividades das mulheres de Rancho Alegre que é considerada a mais ativa no Município. Nesta comunidade as mulheres não se contentaram apenas com a fundação do grupo de mulheres ligada à associação de produtores. Esse vínculo não havia trazido nenhum benefício para a comunidade e o grupo de mulheres não podia agir independentemente.

Para sair dessa situação de estagnação e dependência, as mulheres se reuniram e fundaram, no dia 27 de julho de 1989 a Associação das Mulheres de Rancho Alegre, a chamada AMURA. É a única organização formal de mulheres do município que pode agir independentemente da associação principal.

Os objetivos da AMURA determinados na ata de fundação são: a) promoção do desenvolvimento rural; b) emancipação da mulher; c) realização de projetos que beneficiam as mulheres; d) aumento da renda familiar; e) fortalecimento da vida comunitária; f) representação dos interesses comunitários perante a administração municipal. Reza também que a associação tem caráter educacional, social e cultural, e que a duração é por tempo indeterminado e sem fins lucrativos.

Já no primeiro ano de sua existência a AMURA elaborou vários projetos a serem realizados, como por exemplo: a aquisição de máquinas de costura, a extensão da rede de energia elétrica até a

escola comunitária, a construção de um barracão comunitário e a instalação de um posto de saúde na comunidade.

Devido ao pouco sucesso na aprovação dos projetos pelos órgãos estaduais competentes, o financiamento para colocá-los em prática foi conseguido através de promoção de festas anuais como: festas juninas; leilão de animais doados pela própria comunidade; a venda de artesanatos e doces fabricados pelas associadas; pelas taxas pagas pelas associadas. A AMURA assume também uma função social na comunidade utilizando parte dos recursos para ajudar famílias carentes.

Além das festas anuais, a AMURA promove uma grande variedade de cursos em cooperação com a EMPAER. Esses cursos têm como objetivo promover o ensino da produção de artesanato, aproveitamento dos produtos do quintal e educação nas áreas da alimentação e da saúde. Além disso, a AMURA organiza junto com os outros grupos de mulheres do município, eventos como o Encontro das Mulheres Rurais e quermesse para fortalecer a vida comunitária entre as outras comunidades rurais.

Algumas mulheres utilizam o conhecimento adquirido nos cursos para aumentar a renda familiar produzindo artesanatos, licores e doces caseiros vendendo-os na cidade ou nos municípios vizinhos. Ante a impossibilidade de conseguir realizar o projeto de construção de um posto de saúde na comunidade, medidas paliativas foram postas em prática: cursos de primeiros socorros; negociação junto à prefeitura – fazendo uso da força política dos grupos de mulheres de todas as comunidades – de distribuição gratuita de medicamentos homeopáticos produzidos na fábrica municipal. Esses remédios são destinados à prevenção de doenças leves e freqüentes e são distribuídos responsavelmente pelas líderes das comunidades de acordo com as necessidades.

Como a saúde da população, principalmente das crianças está intimamente ligada à qualidade da alimentação, a associação junto com a EMPAER incentivou a ampliação e diversificação das hortas domésticas. As sementes são doadas pela prefeitura e distribuídas na comunidade. Com este trabalho conseguiram a ampliação e diversificação das hortas e o excedente da produção é vendido a intermediários ou doados aos familiares e amigos.

Além da função educativa, os cursos e festas produzidos pela AMURA desempenham também uma função integrativa na comunidade. As mulheres ao se reunirem conversam, trocam idéias e experiências e discutem os problemas da comunidade. Isso fortalece a vida comunitária e a identidade local. Também a juventude é incentivada a participar das atividades da associação como forma de fortalecimento e perpetuação dos ideais.

A AMURA, através de sua organização e agindo em grupo, consegue aumentar a renda familiar. Consegue melhorar o poder aquisitivo dos associados causando uma certa ascensão econômica.

Através das novas formas de organização dessas mulheres é iniciado um processo de emancipação política, emergindo como uma promissora força representativa de classe, ganhando notoriedade e prestígio perante a opinião pública. Em função dessa posição econômica e politicamente mais forte, tem-se conseguido uma conseqüente melhoria nas condições de vida dos associados, denotando que a sustentabilidade é possível.

Devido ao êxito do trabalho desenvolvido entre as líderes da comunidade, EMPAER e com o apoio do Departamento de Assistência Social da prefeitura de Mirassol D'oeste, a extencionista Maria da

Conceição Saminez Silva, da EMPAER, vem desde 1983 acompanhando e subsidiando o trabalho dessas mulheres. E buscando o fortalecimento do ambiente comunitário, transmitindo a confiança, o incentivo, a motivação e a interação, criou o primeiro Encontro das Mulheres Rurais de Mirassol D' oeste no ano de 1986. Esse encontro teve como objetivo ampliar a participação das mulheres rurais para maior integração e conhecimento de seus direitos e deveres; incentivar o trabalho e a produção em grupo; incentivar o trabalho em equipe na produção de hortaliças; promover a interação da mulher rural nos diversos seguimentos da sociedade, criar maior integração entre as comunidades; oferecer oportunidades para expor trabalhos artesanais produzidos; despertar em outras comunidades o interesse para o trabalho grupal; organizar concursos de hortas com premiação para as melhores.

O exemplo da AMURA passa a ser um modelo a ser disseminado e seu sucesso é prova de que o associativismo é a melhor forma de fortalecimento dos pequenos produtores rurais. E mais especificamente neste caso, vem provar que o papel da mulher na sociedade tem tido maior reconhecimento quando se unem na defesa de um interesse comum.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O pressuposto básico da pesquisa é que não é mais possível entender a agricultura familiar num todo, sem o devido reconhecimento da parcela feminina na construção da mesma. Propondo entendimento através da caracterização de gênero percebe-se que o espaço da agricultura familiar é perpetuadora de uma realidade preconceituosa e discriminatória do trabalho feminino, pela forma como é construído o estereótipo desse trabalho.

Constatou-se que é possível a transformação das condições sociais e melhoria de vida por meio do associativismo. Que através das associações as mulheres conseguem estabelecer estratégias de sobrevivência, criando novos espaços, enfrentando preconceitos e vencendo desafios com sua capacidade de luta e participação.

Espera-se que a presente pesquisa contribua para os debates que vêm ocorrendo no espaço agrário, mais especificamente na agricultura familiar, entendendo o trabalho feminino não como um complemento e sim como parte totalizadora na produção Do espaço rural.

Ao término deste trabalho, é possível concluir que este é um tema desafiador. E sua realização é também muito gratificante, por tratar-se do exemplo vivo de muitas avós, mães, filhas, enfim, uma geração de mulheres que enfrentaram e continuam enfrentando a árdua batalha da lida rural sob o manto do preconceito e da desigualdade.

5. REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Jornal da Agricultura Familiar**. Brasília: 2004.
- CONTAG. Boletim Informativo Especial da Contag. **Marcha das Margaridas**. Brasília, 2004.
- DEMO, P. **Cidadania Pequena: Fragilidades e Desafios do Associativismo no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2001.

GARCIA, M.F; THOMAZ JR., A. Trabalhadoras Rurais e a Luta Pela Terra no Brasil: Interlocução entre trabalho, gênero e território. **Terra Livre**, São Paulo, n. 19, jul/dez. 2002. p. 257-271.

NOBRE, P.S.M. **O que é ser mulher. Cartilha do Coletivo Nacional de Gênero do MST**. São Paulo: MST, 1998, p.28.

OLIVEIRA, A. U. **A Agricultura Camponesa no Brasil**. 3 ed. São Paulo, Contexto, 1997.

PEREIRA, T. D. **História de Mirassol D'oeste: Formação e Organização do Município**, 1962 – 1994. Cuiabá: RGA Ltda, 1998.

PRIORI, M. D. **História das Mulheres no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2000.

PIETRAFESA, J. P. Agricultura Familiar: a construção de um conceito. **Revista Candeia**. n. 4, nov. 2002.